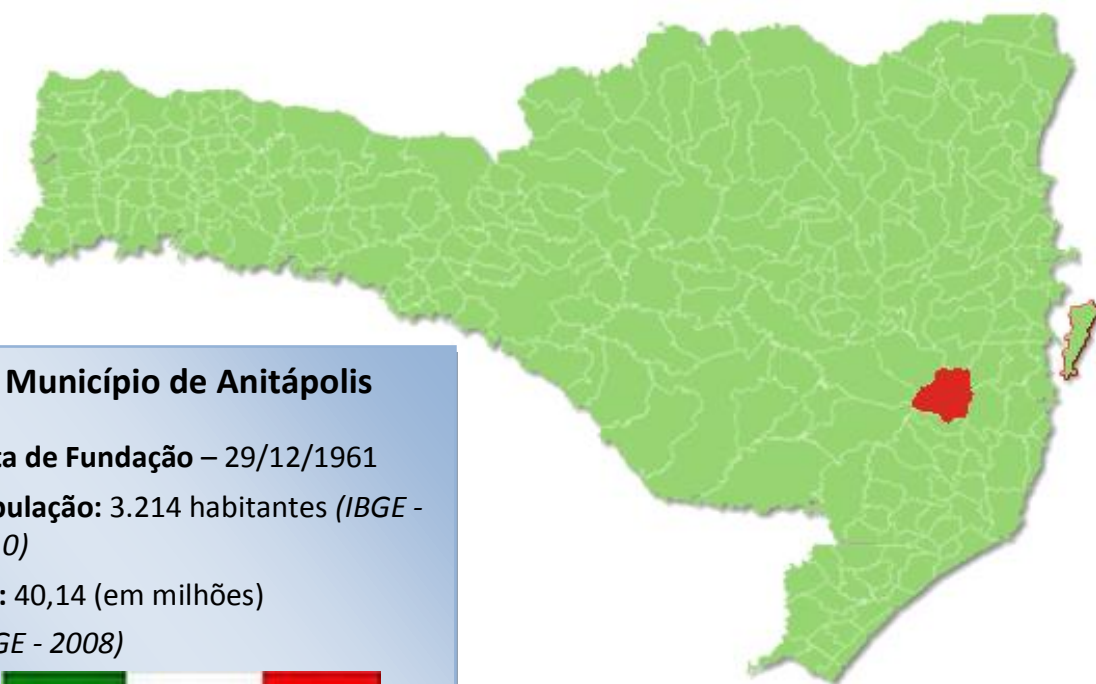




TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



### Município de Anitápolis

**Data de Fundação** – 29/12/1961

**População:** 3.214 habitantes (IBGE - 2010)

**PIB:** 40,14 (em milhões)  
(IBGE - 2008)



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....   | 3  |
| 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....                                       | 4  |
| 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....                                     | 5  |
| 3.1. Apuração do resultado orçamentário .....                              | 6  |
| 3.2. Análise do resultado orçamentário .....                               | 7  |
| 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....                   | 8  |
| 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....                        | 15 |
| 4.1. Situação Patrimonial.....   | 15 |
| 4.2. Análise do resultado financeiro.....                                  | 16 |
| 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....                    | 17 |
| 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....                                 | 20 |
| 5.1. Saúde .....   | 20 |
| 5.2. Ensino.....   | 22 |
| 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....       | 22 |
| 5.2.2. FUNDEB.....   | 23 |
| 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....                             | 25 |
| 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....         | 25 |
| 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....   | 27 |
| 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo ..... | 28 |
| 6. DO CONTROLE INTERNO .....   | 29 |
| 7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA.....  | 29 |
| 8. OUTRAS RESTRIÇÕES .....   | 32 |
| 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010 .....                                      | 32 |
| CONCLUSÃO.....   | 33 |
| ANEXO.....   | 35 |
| APÊNDICE 1.....  | 39 |
| APÊNDICE 2.....  | 40 |
| APÊNDICE 3.....  | 41 |
| APÊNDICE 4.....  | 42 |

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>PROCESSO</b>     | <b>PCP 11/00150371</b>                                   |
| <b>UNIDADE</b>      | Município de <b>Anitápolis</b>                           |
| <b>RESPONSÁVEL</b>  | Sr. Saulo Weiss - Prefeito Municipal                     |
| <b>ASSUNTO</b>      | Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010 |
| <b>RELATÓRIO N°</b> | 4724/2011  |

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Anitápolis, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Anitápolis, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 26/10/2011.

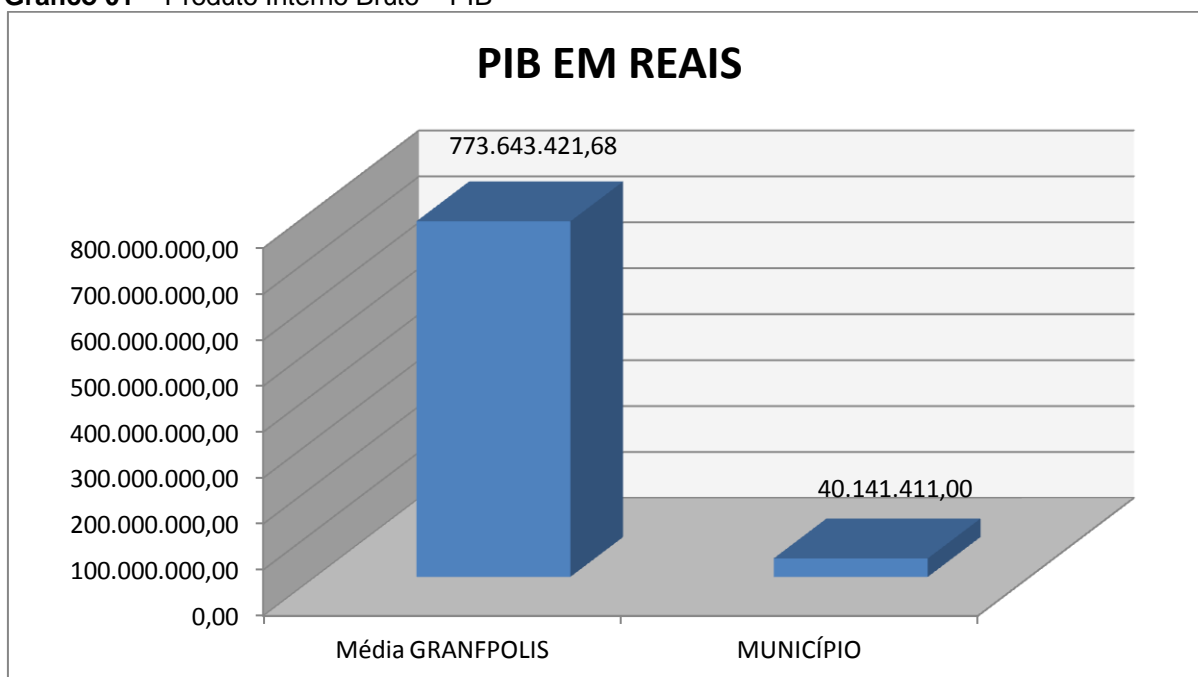
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Situada em uma região de topografia acidentada, formada por montanhas e florestas de difícil acesso, Anitápolis foi uma das últimas áreas da Grande Florianópolis a ser explorada. Apesar de ter sido descoberta pelos açorianos, foi somente em meados do século XX que se iniciou a colonização, por alemães e italianos. Em 1907, o governo do Estado decidiu criar um núcleo colonial na localidade, visando acolher os imigrantes recém-chegados da Europa. A cidade desmembrou-se de Santo Amaro da Imperatriz em 1961 e a falta de acessos, que retardou seu processo de colonização no início do século XX, ainda dificulta o desenvolvimento econômico local.

O Município de Anitápolis tem uma população estimada em 3.214<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 40.141.411,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 12.290,70, considerando uma população estimada em 2008 de 3.266 habitantes.

**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB**



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Anitápolis encontra-se na seguinte situação:

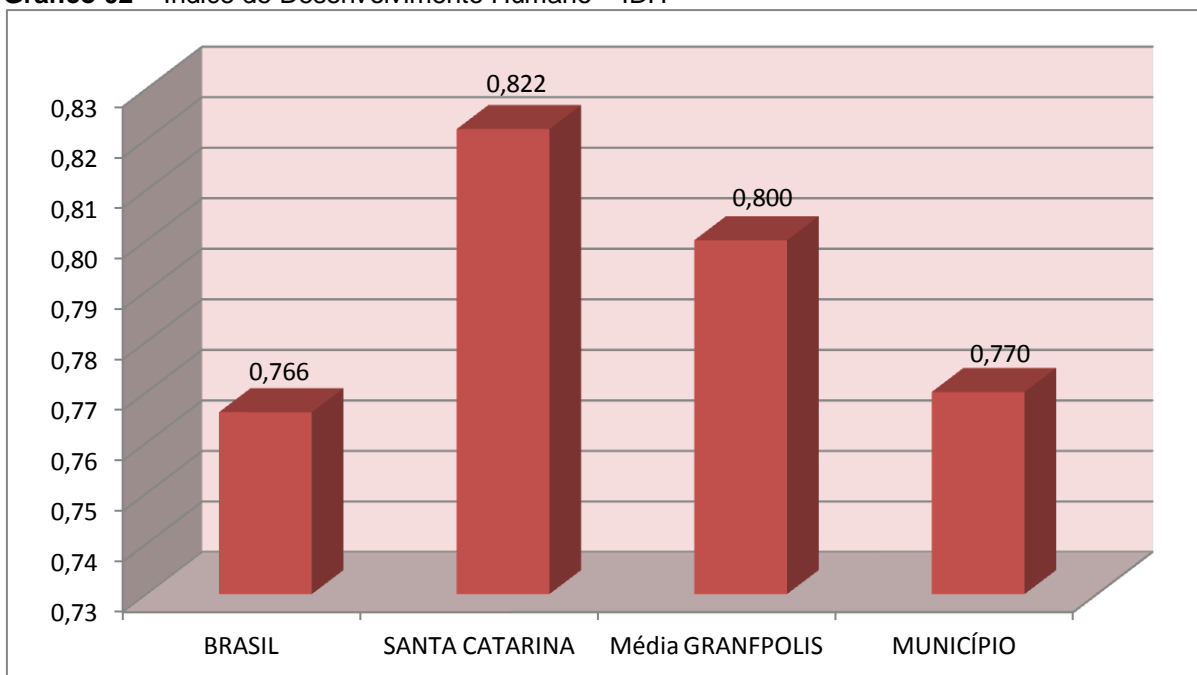
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2010

<sup>3</sup> PNUD - 2000

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2000

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01 – Leis Orçamentárias**

| LEIS |          | DATA DAS AUDIÊNCIAS | RECEITA ESTIMADA | 9.703.070,36 |
|------|----------|---------------------|------------------|--------------|
| PPA  | 726/2009 | 12/03/2009          | DESPESA FIXADA   |              |
| LDO  | 730/2009 | 12/03/2009          |                  | 9.703.070,36 |
| LOA  | 736/2009 | 15/10/2009          |                  |              |

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02** – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

| Descrição   | Previsão/Autorização         | Execução                 | % Executado              |
|---|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| RECEITA   | 9.703.070,36                 | 9.757.232,54             | 100,56                   |
| DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)      | 11.936.097,21                | 9.051.029,53             | 75,83                    |
| <b>Superávit de Execução Orçamentária</b>               |                              | <b>706.203,01</b>        |                          |
| <b>Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS</b> |                              |                          |                          |
|   | <b>Resultado Consolidado</b> | <b>Resultado do RPPS</b> | <b>Resultado s/ RPPS</b> |
| RECEITA   | 9.757.232,54                 | 1.119.703,32             | 8.637.529,22             |
| DESPESA   | 9.051.029,53                 | 411.862,44               | 8.639.167,09             |
| <b>Déficit de Execução Orçamentária</b>                 | <b>706.203,01</b>            | <b>707.840,88</b>        | <b>1.637,87</b>          |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 46.096,10 entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS refere-se ao cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 51.000,00, menos o valor de R\$ 4.903,90 referente ao Ajuste do Patrimônio Financeiro, conforme consta no Sub Capítulo 4.2 – Análise do resultado financeiro, Quadro 11-A, deste Relatório.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 706.203,01**, correspondendo a **7,24%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 706.203,01, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 2.119,18 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 704.083,83.

**Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência o município apresentou Déficit de R\$ 1.637,87.**

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 243.372,74), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).**

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Anitápolis nos últimos 5 anos:

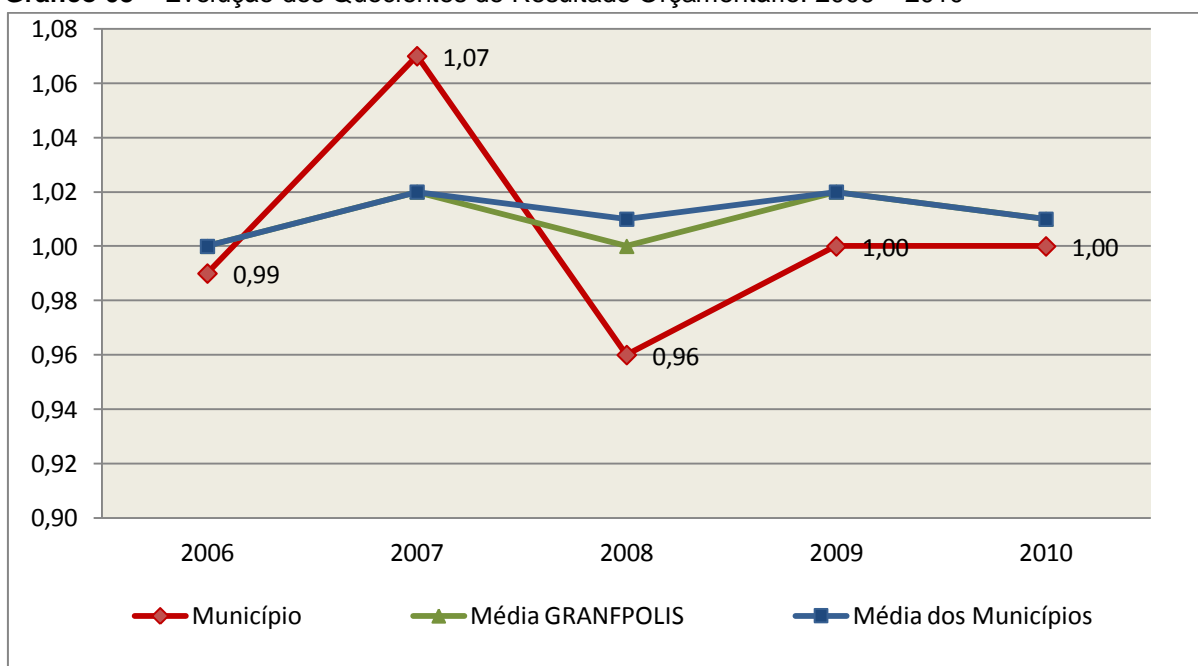
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – **Excluído RPPS** – 2006-2010

| ITENS / ANO                  |                   | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         | 2010         |
|------------------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1                            | Receita realizada | 7.123.501,43 | 7.011.201,81 | 7.790.458,06 | 6.990.895,69 | 8.637.529,22 |
| 2                            | Despesa executada | 7.171.838,48 | 6.563.350,57 | 8.076.515,73 | 7.014.640,45 | 8.639.167,09 |
| QUOCIENTE                    |                   | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         | 2010         |
| Resultado Orçamentário (1÷2) |                   | 0,99         | 1,07         | 0,96         | 1,00         | 1,00         |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 9.757.232,54**, equivalendo a **100,56%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

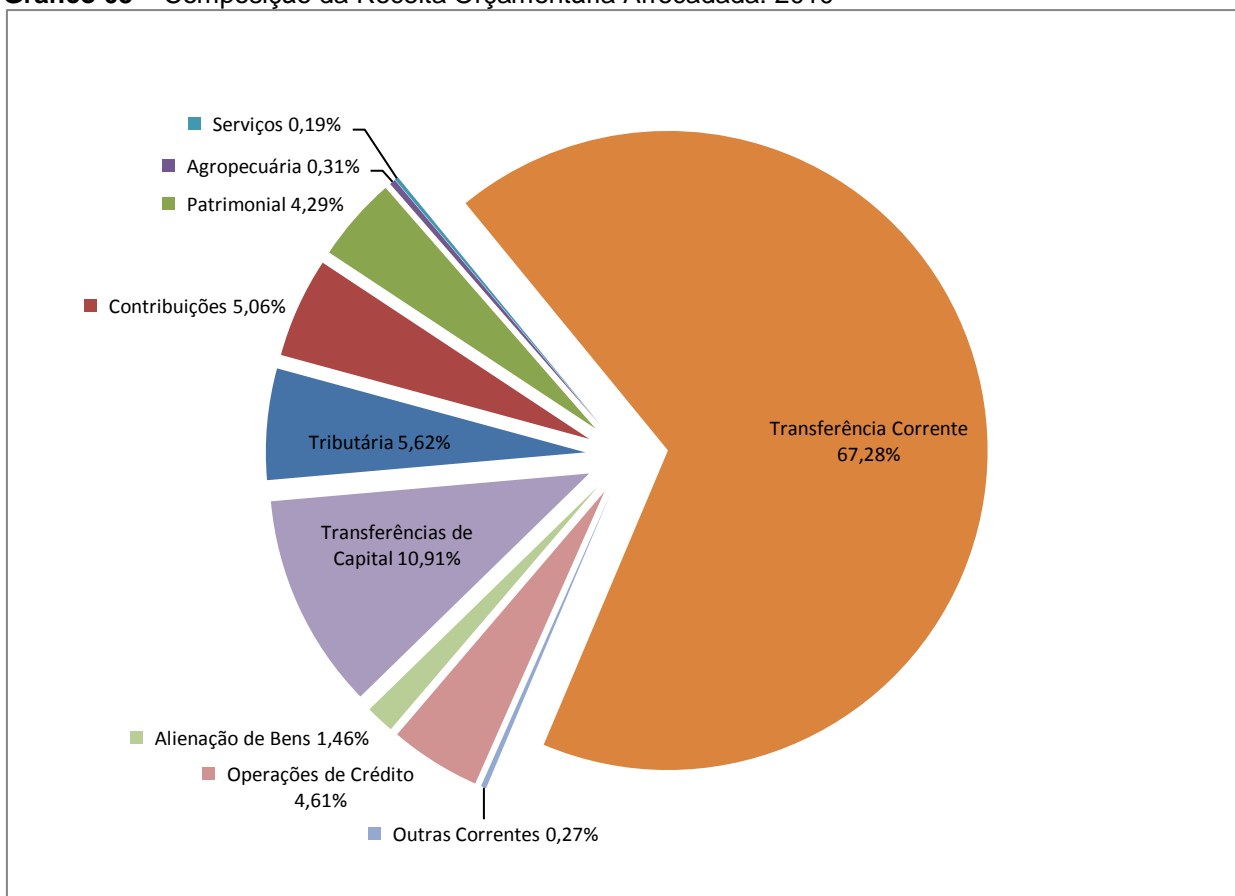
**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

| RECEITA POR ORIGEM        | PREVISÃO            | ARRECADAÇÃO         | %<br>ARRECADADO |
|---------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| Receita Tributária        | 533.667,00          | 548.535,57          | 102,79          |
| Receita de Contribuições  | 450.000,00          | 494.112,53          | 109,80          |
| Receita Patrimonial       | 318.250,00          | 418.622,02          | 131,54          |
| Receita Agropecuária      | 99.618,66           | 30.000,00           | 30,11           |
| Receita de Serviços       | 127.000,00          | 18.070,00           | 14,23           |
| Transferência Corrente    | 6.040.027,70        | 6.564.547,75        | 108,68          |
| Outras Receitas Correntes | 113.007,00          | 26.715,03           | 23,64           |
| Operações de Crédito      | 400.000,00          | 450.000,00          | 112,50          |
| Alienação de Bens         | 274.000,00          | 142.100,00          | 51,86           |
| Transferências de Capital | 1.347.500,00        | 1.064.529,64        | 79,00           |
| <b>TOTAL DA RECEITA</b>   | <b>9.703.070,36</b> | <b>9.757.232,54</b> | <b>100,56</b>   |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.



**Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010**

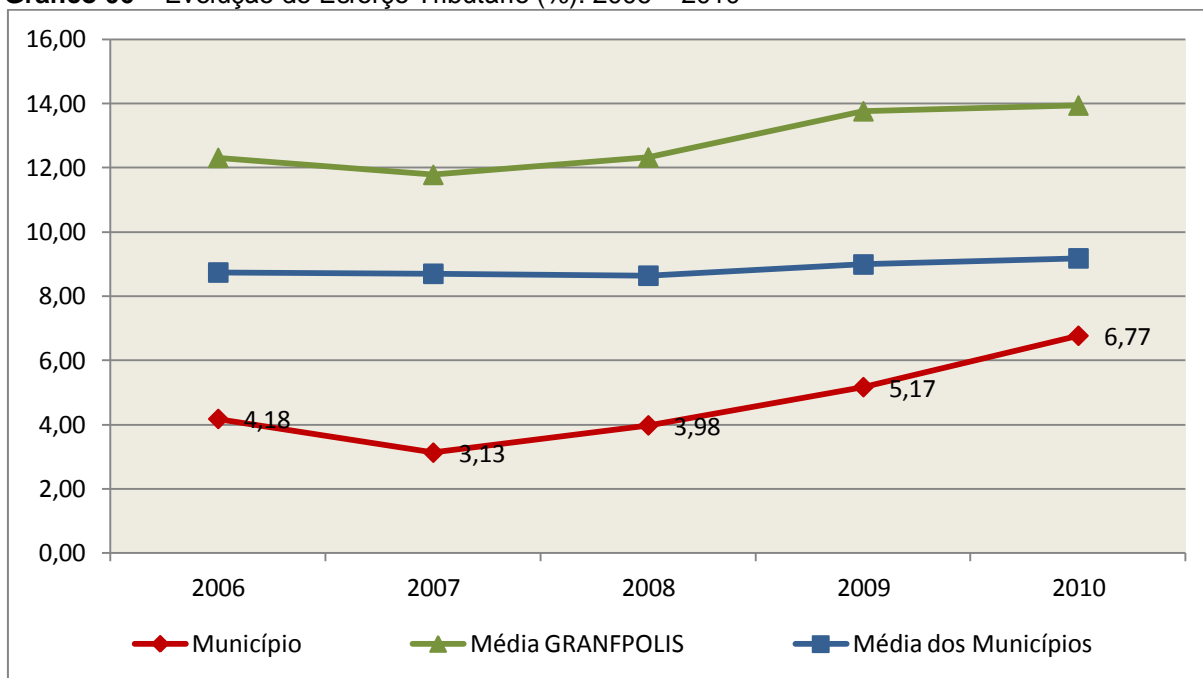


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **67,28%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010**

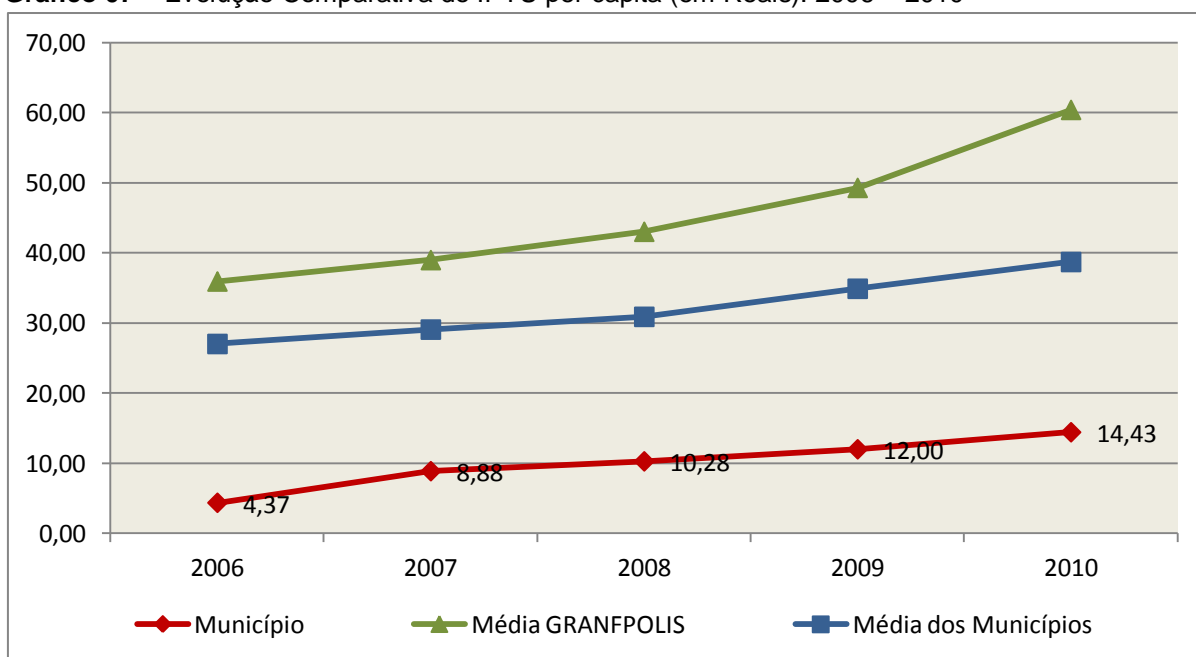


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

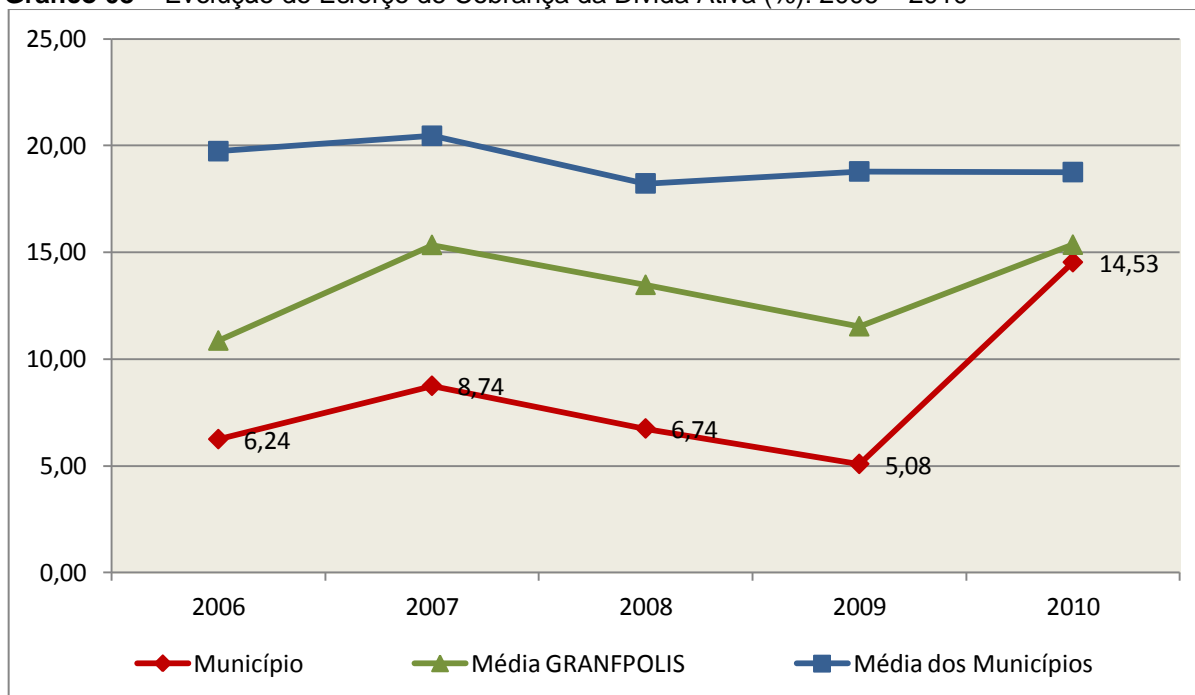
**Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010**

| Saldo Anterior | Inscrição | Atualização, juros e multa | Provisão (líquida) | Recebimento | Outras Baixas | Saldo Final |
|----------------|-----------|----------------------------|--------------------|-------------|---------------|-------------|
| 52.407,29      | 22.812,29 | 11.210,52                  | 0,00               | 7.617,38    | 0,00          | 78.812,72   |

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

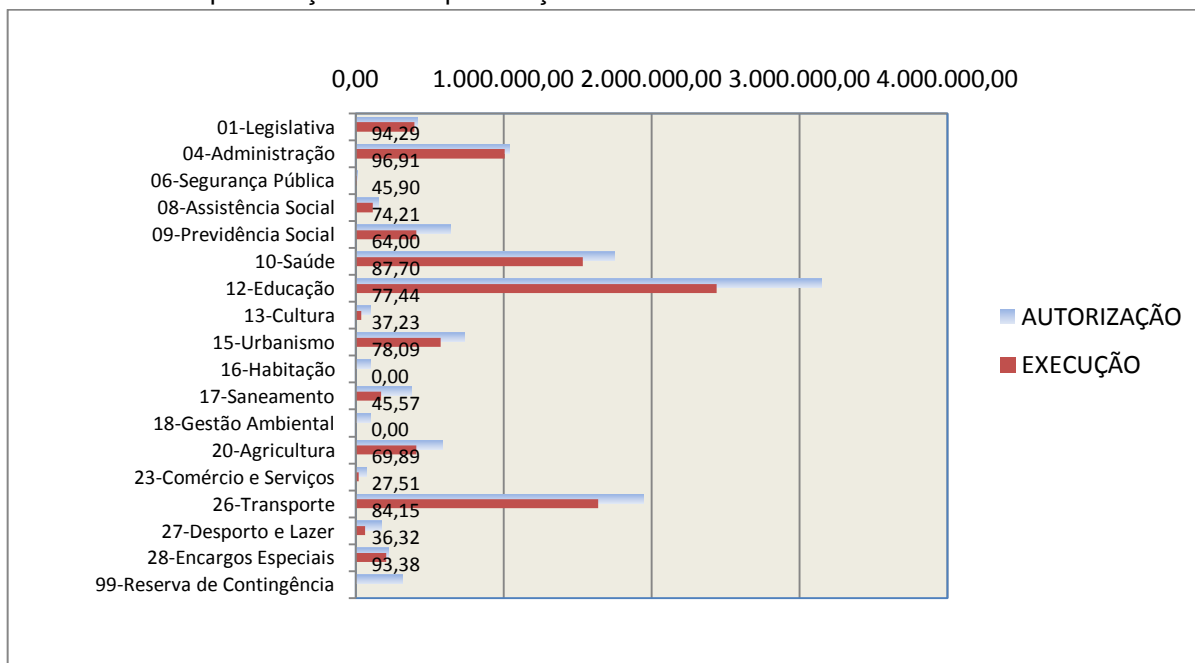
| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO | AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$) | EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$) | % EXECUTADO  |
|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 01-Legislativa                | 420.000,00                     | 396.000,00                  | 94,29        |
| 04-Administração              | 1.039.523,50                   | 1.007.366,38                | 96,91        |
| 06-Segurança Pública          | 15.026,42                      | 6.896,89                    | 45,90        |
| 08-Assistência Social         | 158.671,20                     | 117.749,18                  | 74,21        |
| 09-Previdência Social         | 643.492,00                     | 411.862,44                  | 64,00        |
| 10-Saúde                      | 1.753.102,63                   | 1.537.464,79                | 87,70        |
| 12-Educação                   | 3.153.832,82                   | 2.442.452,72                | 77,44        |
| 13-Cultura                    | 102.000,00                     | 37.972,74                   | 37,23        |
| 15-Urbanismo                  | 734.888,60                     | 573.856,91                  | 78,09        |
| 16-Habitação                  | 100.000,00                     | -                           | -            |
| 17-Saneamento                 | 382.238,43                     | 174.170,75                  | 45,57        |
| 18-Gestão Ambiental           | 100.000,00                     | -                           | -            |
| 20-Agricultura                | 588.159,52                     | 411.045,98                  | 69,89        |
| 23-Comércio e Serviços        | 76.800,00                      | 21.130,01                   | 27,51        |
| 26-Transporte                 | 1.949.521,89                   | 1.640.429,69                | 84,15        |
| 27-Desporto e Lazer           | 176.916,65                     | 64.264,48                   | 36,32        |
| 28-Encargos Especiais         | 223.128,89                     | 208.366,57                  | 93,38        |
| 99-Reserva de Contingência    | 318.794,66                     | -                           | -            |
| <b>TOTAL DA DESPESA</b>       | <b>11.936.097,21</b>           | <b>9.051.029,53</b>         | <b>75,83</b> |

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010**



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010**

| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO     | 2006                | 2007                | 2008                | 2009                | 2010                |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 01-Legislativa                    | 213.500,00          | 242.000,00          | 271.475,00          | 364.980,00          | 396.000,00          |
| 04-Administração                  | 657.242,73          | 813.685,82          | 915.605,37          | 889.213,71          | 1.007.366,38        |
| 06-Segurança Pública              | 2.571,81            | 6.349,29            | 9.028,37            | 3.647,28            | 6.896,89            |
| 08-Assistência Social             | 199.005,48          | 152.013,98          | 153.253,54          | 149.244,63          | 117.749,18          |
| 09-Previdência Social             | 71.584,73           | 85.324,79           | 131.610,45          | 359.758,51          | 411.862,44          |
| 10-Saúde                          | 899.039,75          | 970.821,97          | 1.268.034,03        | 1.390.052,03        | 1.537.464,79        |
| 12-Educação                       | 1.351.056,06        | 1.702.492,67        | 2.334.212,63        | 2.051.368,91        | 2.442.452,72        |
| 13-Cultura                        | 45.489,09           | 44.976,59           | 52.403,72           | 41.409,14           | 37.972,74           |
| 15-Urbanismo                      | 169.078,92          | 128.737,59          | 427.803,46          | 116.093,65          | 573.856,91          |
| 17-Saneamento                     | 69.211,50           | 50.032,24           | 148.718,71          | 125.109,13          | 174.170,75          |
| 20-Agricultura                    | 279.740,75          | 351.950,27          | 726.752,69          | 538.641,99          | 411.045,98          |
| 23-Comércio e Serviços            | 11.253,52           | 5.306,16            | 11.434,80           | 12.046,48           | 21.130,01           |
| 26-Transporte                     | 2.919.508,73        | 1.815.864,00        | 1.419.627,51        | 1.005.555,62        | 1.640.429,69        |
| 27-Desporto e Lazer               | 45.626,11           | 27.958,28           | 93.669,85           | 63.471,23           | 64.264,48           |
| 28-Encargos Especiais             | 309.514,03          | 251.161,71          | 241.996,05          | 266.306,65          | 208.366,57          |
| <b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b> | <b>7.243.423,21</b> | <b>6.648.675,36</b> | <b>8.205.626,18</b> | <b>7.376.898,96</b> | <b>9.051.029,53</b> |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2010

| <b>RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)</b>                               | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>      |
|--|---------------------|---------------|
| Imposto Predial e Territorial Urbano   | 46.381,65           | 0,71          |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza  | 341.737,28          | 5,21          |
| Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza   | 70.444,84           | 1,08          |
| Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis                | 32.299,34           | 0,49          |
| Cota do ICMS   | 1.778.080,80        | 27,13         |
| Cota-Parte do IPVA   | 107.127,33          | 1,63          |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação   | 37.976,16           | 0,58          |
| Cota-Parte do FPM  | 4.098.742,85        | 62,55         |
| Cota do ITR  | 23.584,59           | 0,36          |
| Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96                                       | 10.421,51           | 0,16          |
| Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos  | 3.814,43            | 0,06          |
| Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos | 2.381,21            | 0,04          |
| <b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>   | <b>6.552.991,99</b> | <b>100,00</b> |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

| <b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>                     | <b>Valor (R\$)</b>  |
|---|---------------------|
| Receitas Correntes Arrecadadas  | 9.277.479,94        |
| (-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB                                  | 1.176.877,04        |
| (-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência | 164.711,18          |
| (-) Contribuição Patronal para custeio do Regime Próprio de Previdência           | 329.401,35          |
| <b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>  | <b>7.606.490,37</b> |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Anitápolis (em Reais): 2009 – 2010**

| ATIVO   | 2009                 | 2010                | PASSIVO                               | 2009                 | 2010                |
|---|----------------------|---------------------|---------------------------------------|----------------------|---------------------|
| <b>Financeiro</b>                                 | <b>3.919.853,63</b>  | <b>5.038.451,90</b> | <b>Financeiro</b>                     | <b>260.832,97</b>    | <b>614.485,69</b>   |
| <b>Disponível</b>                                 | <b>3.914.949,73</b>  | <b>5.033.548,00</b> | <b>Depósitos</b>                      | <b>19.954,65</b>     | <b>12.493,77</b>    |
| Bancos Conta Movimento                            | 115.796,20           | 10.042,97           | Consignações                          | 19.954,65            | 12.493,77           |
| Bancos Conta Vinculada                            | 43.180,10            | 18.950,59           | <b>Restos a Pagar</b>                 | <b>240.878,32</b>    | <b>601.991,92</b>   |
| Aplicações Financeiras de Recursos Próprios       | 162.658,89           | 806.359,44          | Obrigações a Pagar                    | 240.878,32           | 601.991,92          |
| Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados     | 177.666,62           | 154.360,65          |                                       |                      |                     |
| Investimentos do RPPS                             | 3.510.787,45         | 4.131.231,34        |                                       |                      |                     |
| (-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS | -95.139,53           | -87.396,99          |                                       |                      |                     |
| <b>Realizável</b>                                 | <b>4.903,90</b>      | <b>4.903,90</b>     |                                       |                      |                     |
| Valores Pendentes a Curto Prazo                   | 4.903,90             | 4.903,90            |                                       |                      |                     |
| <b>Permanente</b>                                 | <b>3.756.680,18</b>  | <b>4.690.996,01</b> | <b>Permanente</b>                     | <b>10.360.366,32</b> | <b>2.940.060,36</b> |
| <b>Dívida Ativa</b>                               | <b>52.407,29</b>     | <b>78.812,72</b>    | <b>Dívida Fundada</b>                 | <b>193.000,00</b>    | <b>609.812,54</b>   |
| Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo  | 5.900,00             | 20.800,00           | <b>Débitos Consolidados</b>           | <b>93.292,14</b>     | <b>6.500,00</b>     |
| Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo  | 46.507,29            | 58.012,72           | Dívidas Renegociadas                  | 6.000,00             | 6.500,00            |
|   |                      |                     | Obrigações a Pagar                    | 87.292,14            | -                   |
| <b>Imobilizado</b>                                | <b>3.704.272,89</b>  | <b>4.612.183,29</b> | <b>Diversos</b>                       | <b>10.074.074,18</b> | <b>2.323.747,82</b> |
| Bens Móveis e Imóveis                             | 3.704.272,89         | 4.612.183,29        | Obrigações a Pagar                    | -                    | 80.731,74           |
| Bens Imóveis                                      | 722.410,40           | 870.388,60          | Provisões Matemáticas Previdenciárias | 10.074.074,18        | 2.243.016,08        |
| Bens Móveis                                       | 2.981.862,49         | 3.741.794,69        |                                       |                      |                     |
| <b>ATIVO REAL</b>                                 | <b>7.676.533,81</b>  | <b>9.729.447,91</b> | <b>PASSIVO REAL</b>                   | <b>10.621.199,29</b> | <b>3.554.546,05</b> |
| <b>SALDO PATRIMONIAL</b>                          | <b>-2.944.665,48</b> | <b>0,00</b>         | <b>SALDO PATRIMONIAL</b>              |                      | <b>6.174.901,86</b> |

| ATIVO                     | 2009                 | 2010                | PASSIVO            | 2009                 | 2010                |
|---------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|----------------------|---------------------|
| Passivo Real a Descoberto | 2.944.665,48         | -                   | Ativo Real Líquido | -                    | 6.174.901,86        |
| <b>TOTAL</b>              | <b>10.621.199,29</b> | <b>9.729.447,91</b> | <b>TOTAL</b>       | <b>10.621.199,29</b> | <b>9.729.447,91</b> |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

| Grupo Patrimonial                            | Saldo inicial       | Saldo final         | Variação          |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|
| Ativo Financeiro                             | 3.919.853,63        | 5.033.548,00        | 1.113.694,37      |
| Passivo Financeiro                           | 260.832,97          | 614.485,69          | -353.652,72       |
| <b>Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado</b> | <b>3.659.020,66</b> | <b>4.419.062,31</b> | <b>760.041,65</b> |
| Ativo Financeiro do RPPS                     | 3.416.171,78        | 4.131.476,28        | 715.304,50        |
| Passivo Financeiro do RPPS                   | 523,86              | 244,94              | 278,92            |
| <b>Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS</b>  | <b>243.372,74</b>   | <b>287.830,97</b>   | <b>44.458,23</b>  |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

**Quadro 11 – A** – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

| Descrição   | Valor           |
|---|-----------------|
| Outros valores pendentes à curto prazo (Realizável) - Fundo Municipal de Saúde – Ajuste exercício atual * | 4.903,90        |
| <b>Total excluído no Saldo Final do Ativo Financeiro</b>  | <b>4.903,90</b> |

\*Nota: Ausência de movimentação da referida conta desde o exercício de 2007

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 287.830,97** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,68** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 44.458,23** passando de um Superávit de **R\$ 243.372,74** para um Superávit de **R\$ 287.830,97**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 229.187,51**.



### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010**

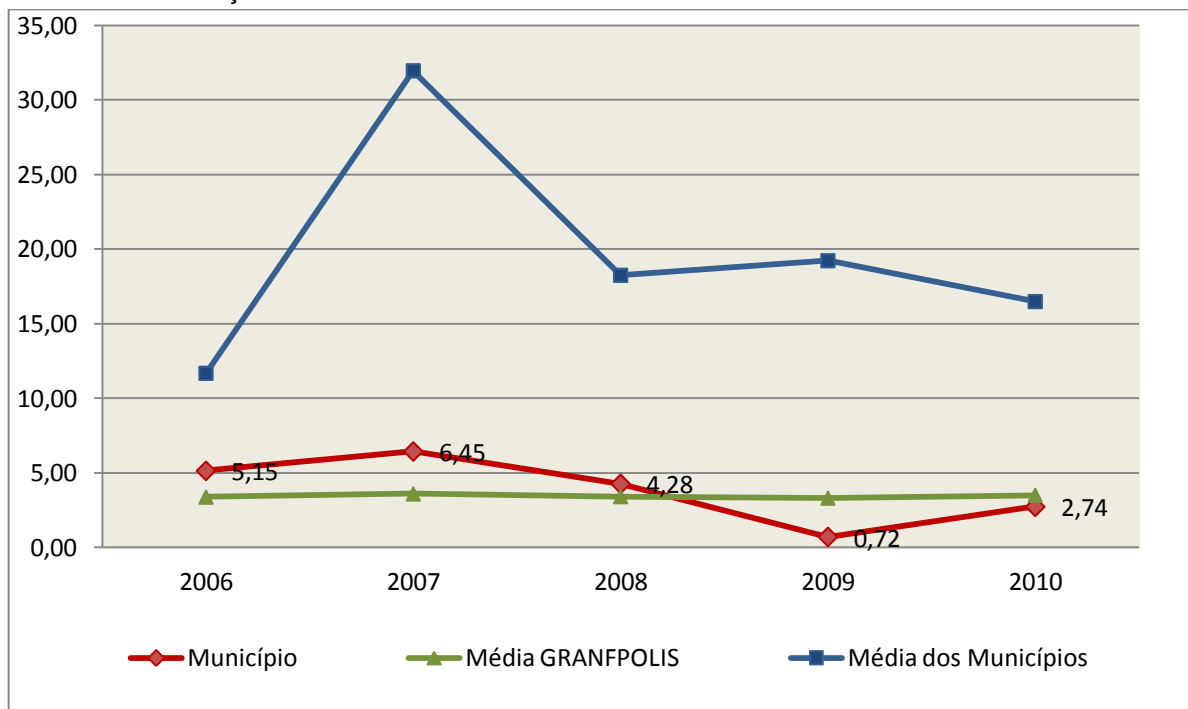
| ITENS / ANO                                   | 2006         | 2007         | 2008         | 2009          | 2010         |
|---|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| 1 Despesa Executada                           | 7.243.423,21 | 6.648.675,36 | 8.205.626,18 | 7.376.898,96  | 9.051.029,53 |
| 2 Restos a Pagar                              | 40.083,52    | 286.878,05   | 382.580,51   | 240.878,32    | 601.991,92   |
| 3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS   | 152.824,19   | 850.077,90   | 674.342,07   | 503.681,85    | 902.071,72   |
| 4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS | 49.189,96    | 298.592,43   | 408.914,27   | 260.309,11    | 614.240,75   |
| 5 Ativo Real                                  | 5.323.501,22 | 8.134.707,44 | 9.445.089,19 | 7.676.533,81  | 9.729.447,91 |
| 6 Passivo Real                                | 1.032.753,50 | 1.260.488,92 | 2.207.522,93 | 10.621.199,29 | 3.554.546,05 |
| QUOCIENTES                                    | 2006         | 2007         | 2008         | 2009          | 2010         |
| Resultado Patrimonial (5÷6)                   | 5,15         | 6,45         | 4,28         | 0,72          | 2,74         |
| Situação Financeira (3÷4)                     | 3,11         | 2,85         | 1,65         | 1,93          | 1,47         |
| Restos a Pagar (2÷1)*100                      | 0,55         | 4,31         | 4,66         | 3,27          | 6,65         |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



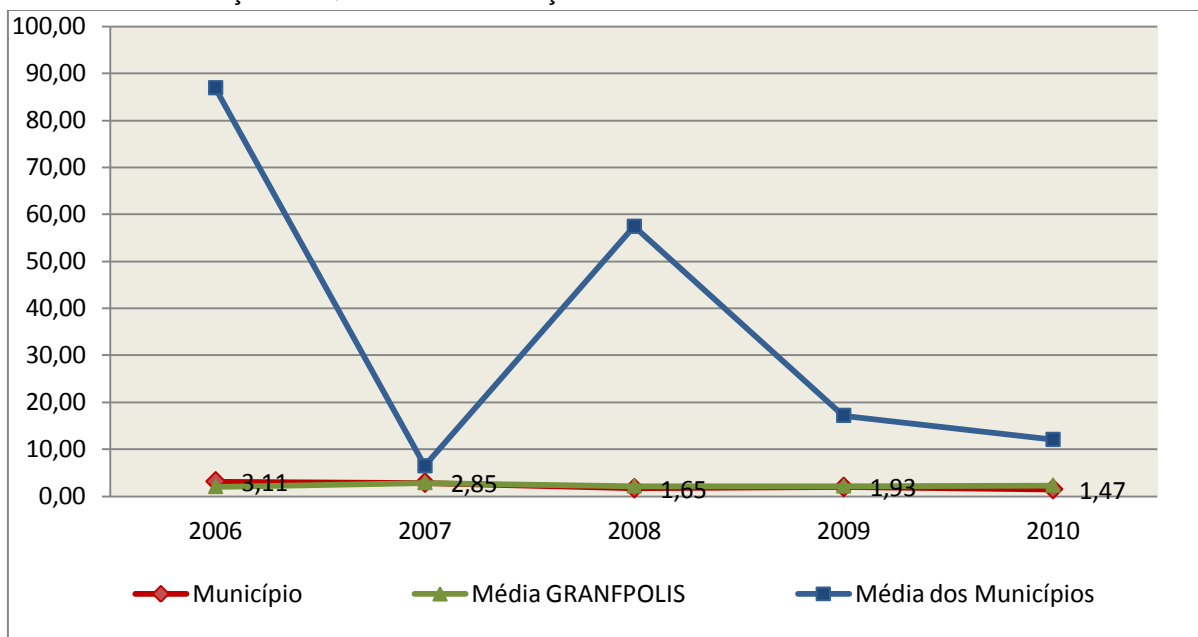
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2010 o Ativo Real apresenta-se **2,74** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

**Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

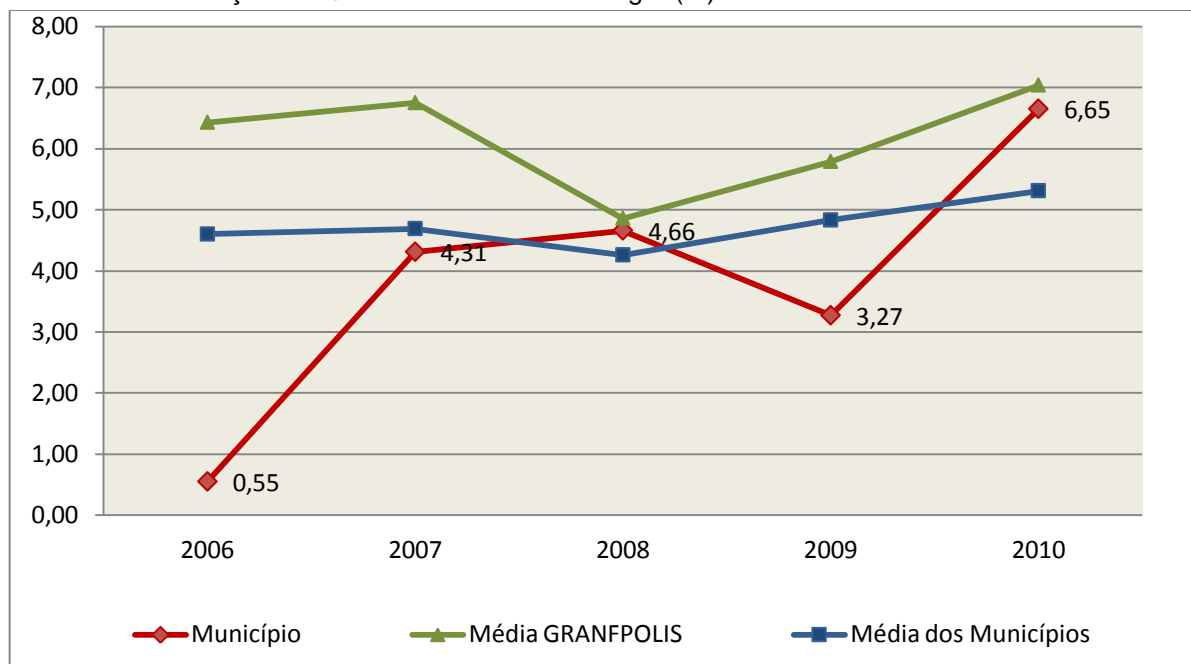
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o Ativo Financeiro representa **1,47** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Anitápolis é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **6,65%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

**Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010**

| COMPONENTE  | VALOR (R\$)  | %      |
|---|--------------|--------|
| Total da Receita com Impostos                             | 6.552.991,99 | 100,00 |
| Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | 1.537.464,79 | 23,46  |

| COMPONENTE   | VALOR (R\$)         | %            |
|--|---------------------|--------------|
| Atenção Básica (10.301)  | 1.499.674,25        | 22,89        |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)                 | 5.314,64            | 0,08         |
| Vigilância Sanitária (10.304)                                  | 13.264,89           | 0,20         |
| Vigilância Epidemiológica (10.305)                             | 19.211,01           | 0,29         |
| (-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde* | 525.154,69          | 8,01         |
| <b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>               | <b>1.012.310,10</b> | <b>15,45</b> |
| Valor Mínimo a ser Aplicado                                    | 982.948,80          | 15,00        |
| <b>Valor Acima do Limite</b>                                   | <b>29.361,30</b>    | <b>0,45</b>  |

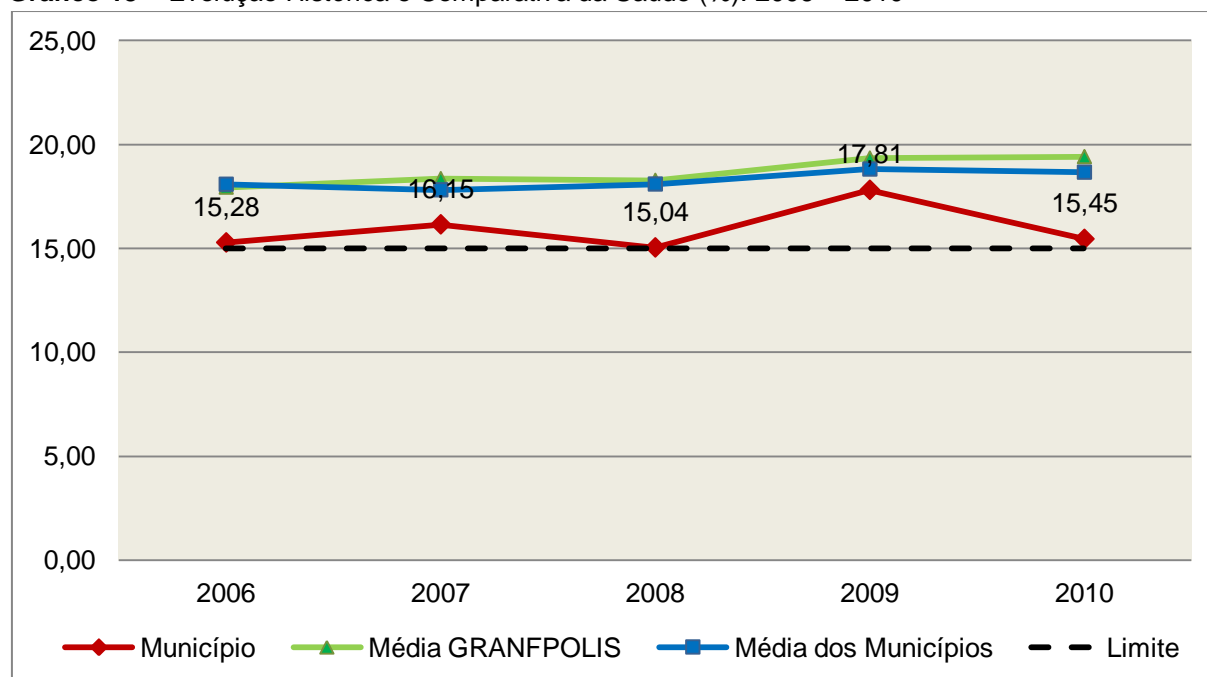
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.012.310,10**, correspondendo a um percentual de **15,45%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

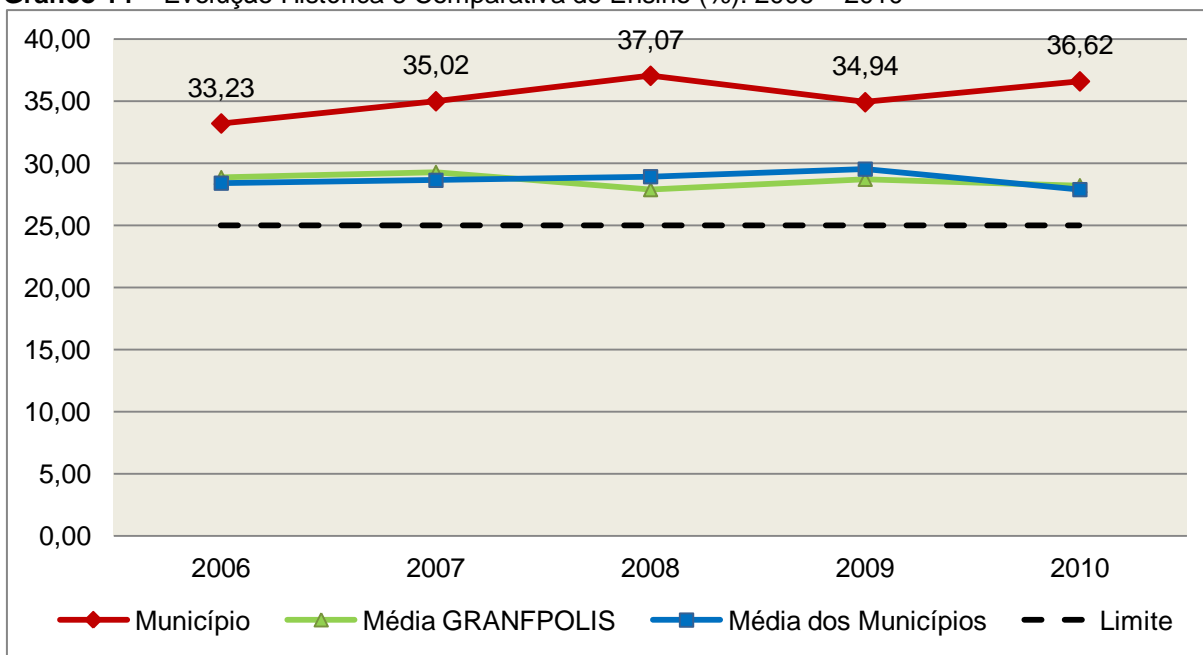
| COMPONENTE                                       | VALOR (R\$)         | %             |
|--|---------------------|---------------|
| <b>Total da Receita com Impostos</b>             | <b>6.552.991,99</b> | <b>100,00</b> |
| <b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>          | <b>683.714,55</b>   | <b>10,43</b>  |
| Educação Infantil (12.365)                       | 683.714,55          | 10,43         |
| <b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>         | <b>1.730.643,58</b> | <b>26,41</b>  |
| Ensino Fundamental (12.361/12.367)               | 1.730.643,58        | 26,41         |
| (-) Total das Deduções com Educação Básica*      | 390.775,79          | 5,96          |
| (+) Perda com FUNDEB                             | 379.350,20          | 5,79          |
| (-) Rendimentos de Aplicações Financeiras        | 3.173,65            | 0,05          |
| <b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b> | <b>2.399.758,89</b> | <b>36,62</b>  |
| Valor Mínimo a ser Aplicado                      | 1.638.248,00        | 25,00         |
| <b>Valor Acima do Limite (25%)</b>               | <b>761.510,89</b>   | <b>11,62</b>  |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.399.758,89** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **36,62%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 761.510,89**, representando **11,62%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

**Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Anitápolis** em 2010 aumentou seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

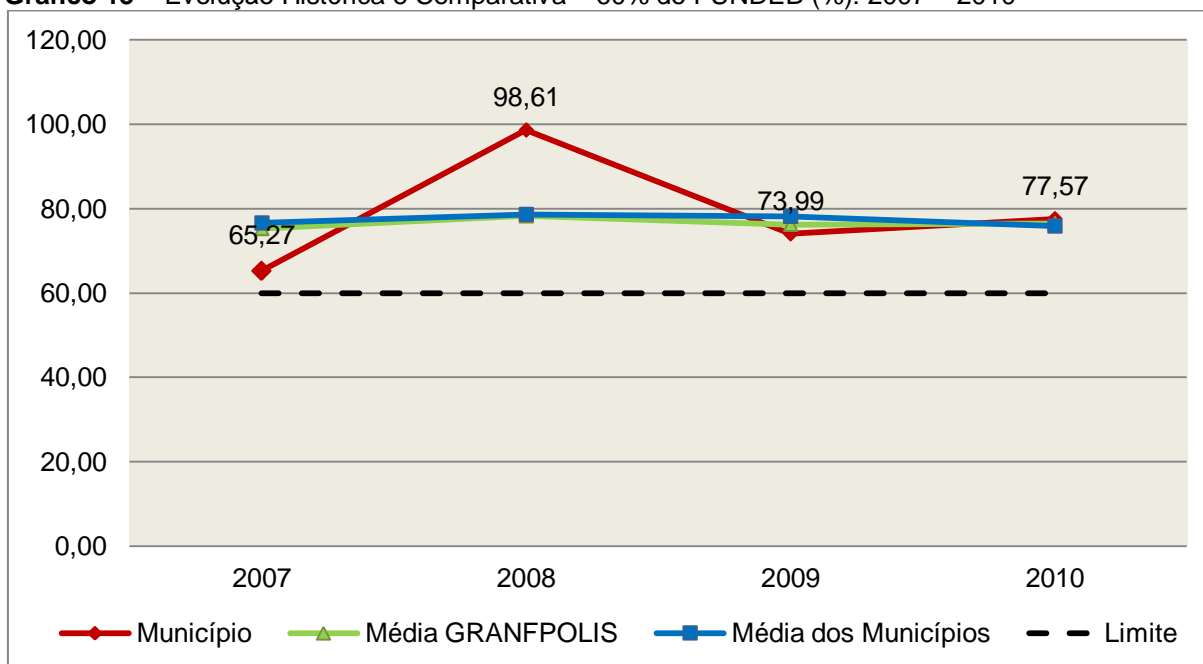
**Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010**

| COMPONENTE  | VALOR (R\$)       |
|---|-------------------|
| Transferências do FUNDEB  | 797.526,84        |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB  | 3.173,65          |
| <b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>  | <b>800.700,49</b> |
| 60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB   | 480.420,29        |
| Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB (conforme informação extraída do Sistema e-Sfinge, fonte 18, grupos 1 e 2 – fls. 329 e 330) | 621.134,70        |
| <b>Valor Acima do Limite</b>  | <b>140.714,41</b> |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 621.134,70**, equivalendo a **77,57%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

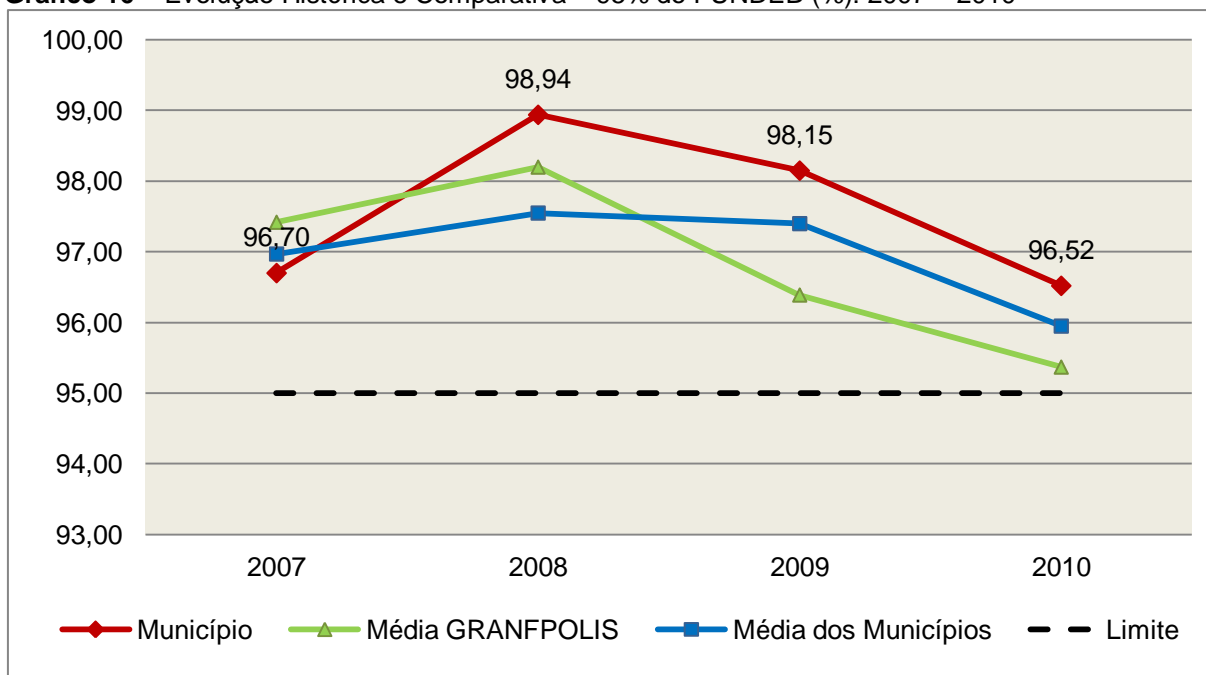
| COMPONENTE   | VALOR (R\$)       |
|--|-------------------|
| <b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>   | <b>800.700,49</b> |
| 95% dos Recursos do FUNDEB   | 760.665,47        |
| Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira(conforme Apêndice 3, deste Relatório) | 772.816,80        |
| <b>Valor Acima do Limite</b>   | <b>12.151,33</b>  |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 772.816,80**, equivalendo a **96,52%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.



**Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Anitápolis reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou parcialmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 8.832,47**, quando o saldo total era de **R\$ 10.031,94**, mediante abertura de crédito adicional, dentro do 1º trimestre, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal na Conclusão deste Relatório.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010**

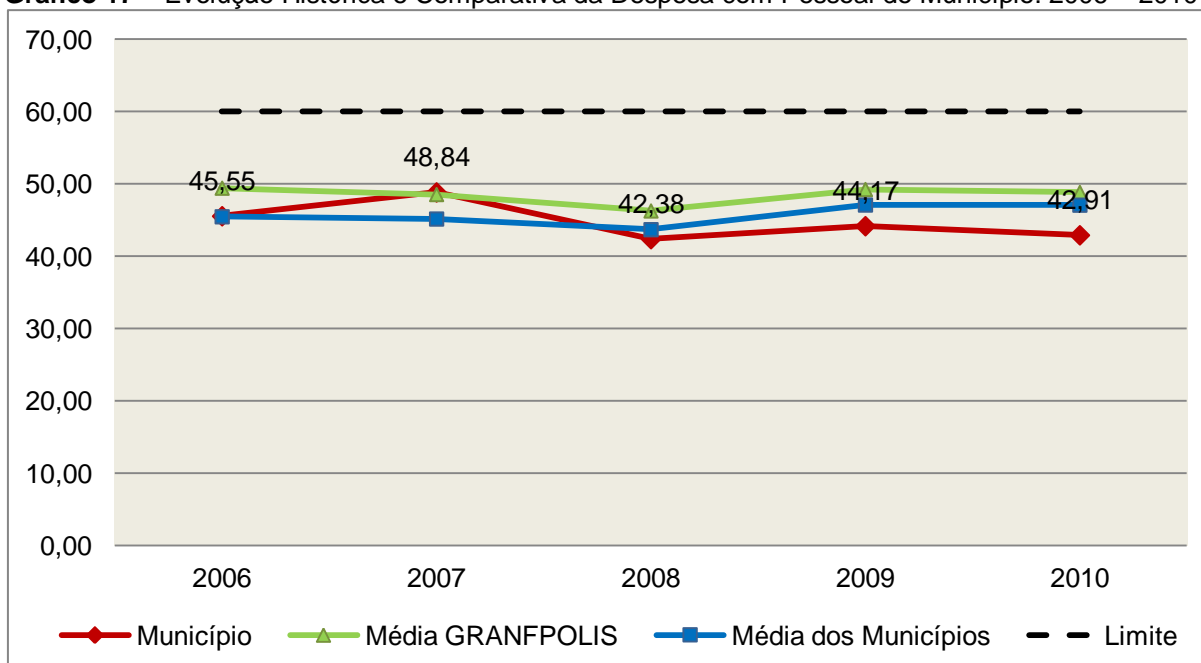
| COMPONENTE   | VALOR (R\$)         | %             |
|--|---------------------|---------------|
| <b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>   | <b>7.606.490,37</b> | <b>100,00</b> |
| LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 4.563.894,22        | 60,00         |
| <b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>                                     | <b>3.016.824,86</b> | <b>39,66</b>  |
| Pessoal e Encargos   | 3.016.824,86        | 39,66         |
| <b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>                                   | <b>273.420,88</b>   | <b>3,59</b>   |
| Pessoal e Encargos   | 273.420,88          | 3,59          |
| Total das deduções das despesas com pessoal*                                       | 26.423,99           | 0,35          |
| <b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b> | <b>3.263.821,75</b> | <b>42,91</b>  |
| Valor Abaixo do Limite (60%)   | 1.300.072,47        | 17,09         |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **42,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

**Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Anitápolis, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

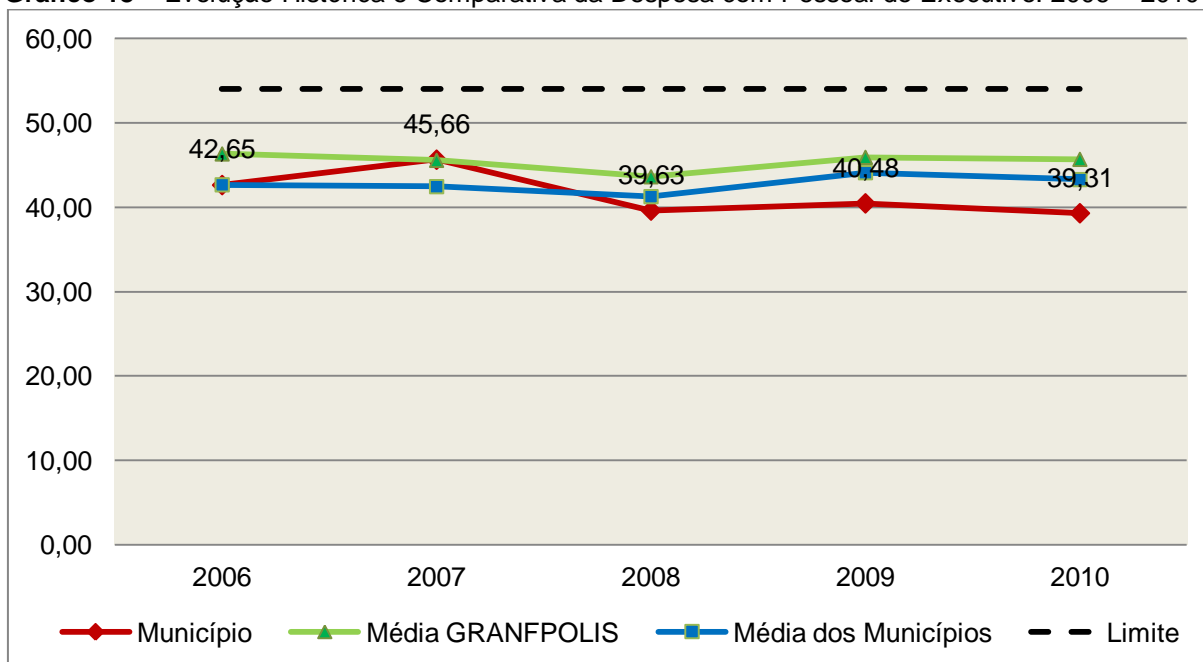
| COMPONENTE   | VALOR (R\$)         | %             |
|--|---------------------|---------------|
| <b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>   | <b>7.606.490,37</b> | <b>100,00</b> |
| LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 4.107.504,80        | 54,00         |
| Despesas com Pessoal do Poder Executivo  | 3.016.824,86        | 39,66         |
| Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*  | 26.423,99           | 0,35          |
| <b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b> | <b>2.990.400,87</b> | <b>39,31</b>  |
| Valor Abaixo do Limite (54%)   | 1.117.103,93        | 14,69         |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **39,31%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

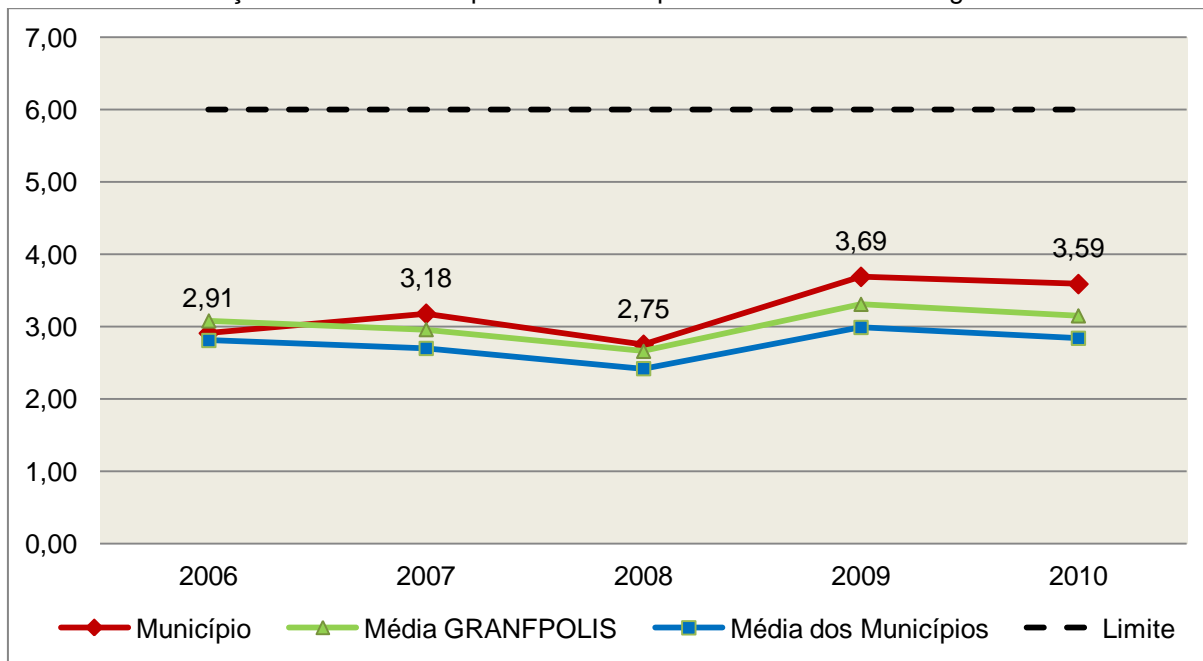
| COMPONENTE   | VALOR (R\$)         | %             |
|--|---------------------|---------------|
| <b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>   | <b>7.606.490,37</b> | <b>100,00</b> |
| LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA   | 456.389,42          | 6,00          |
| Despesas com Pessoal do Poder Legislativo  | 273.420,88          | 3,59          |
| <b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b> | <b>273.420,88</b>   | <b>3,59</b>   |
| Valor Abaixo do Limite (6%)  | 182.968,54          | 2,41          |

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,59%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

**Gráfico 19** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Anitápolis, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

**Quadro 20** – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

|   |                               |                 |            |                    |            |            |
|---|-------------------------------|-----------------|------------|--------------------|------------|------------|
| Quadro 20 - Informações sobre o Sistema de Controle Interno |                               |                 |            |                    |            |            |
| LEI INSTITUIDORA  | 571, de 23/12/2003            |                 |            |                    |            |            |
| RESPONSÁVEL   | Ceane de Almeida Coelho Böing | ATO DE NOMEAÇÃO |            | 027, de 01/06/2005 |            |            |
| RELATÓRIOS BIMESTRAIS<br>(art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)  | Datas Limites para Entrega    |                 |            |                    |            |            |
|   | 1º BIM.                       | 2º BIM.         | 3º BIM.    | 4º BIM.            | 5º BIM.    | 6º BIM.    |
|   | 31/03/2010                    | 31/05/2010      | 02/08/2010 | 30/09/2010         | 30/11/2010 | 31/01/2011 |
|   | Datas de Entrega              |                 |            |                    |            |            |
|   | 1º BIM.                       | 2º BIM.         | 3º BIM.    | 4º BIM.            | 5º BIM.    | 6º BIM.    |
|   | 22/06/2010                    | 22/06/2010      | 16/08/2010 | 26/01/2011         | 26/01/2011 | 24/03/2011 |

As restrições oriundas do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontram-se anotadas no Capítulo 9, deste Relatório.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos, não foram verificadas irregularidades ou ilegalidades levantadas pelo Órgão de Controle Interno, com referência à execução do orçamento e dos registros contábeis, bem como com relação aos atos e fatos da administração municipal.

## 7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Anitápolis, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Unidade Orçamentária) representa 0,42% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 174 a 195 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 174 a 176 dos autos.

2) No que tange ao Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, a Prefeitura Municipal encaminhou cópia da folha nº 67 do Demonstrativo dos Projetos e Atividades – Administração Direta da subfunção Assistência à criança e ao adolescente, cópia da Lei de Diretrizes Orçamentaria nº 730/2009 e cópia de uma folha do Plano Plurianual 2010 a 2013 do programa 28 – Assistência Social, conforme fls. 177 a 195 dos autos, todavia, não houve a remessa do Plano de Ação, que antecede a LDO e deve ser elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando caracterizada a ausência do mesmo, contrariando o disposto o artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração total dos Conselheiros Tutelares representa 73,16% da despesa total da Unidade Orçamentária, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

## 8. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 8.1 Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

### Quadro 21 – Síntese

|                              |   |                  |
|------------------------------|---|------------------|
| 1) Balanço Anual Consolidado | As demonstrações contábeis <b>não demonstram adequadamente</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial, apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem. |                  |
| 2) Resultado Orçamentário    | Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior  | R\$ 1.637,87     |
| 3) Resultado Financeiro      | Superávit   | R\$ 287.830,97   |
| 4) LIMITES                   | <b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>   | <b>REALIZADO</b> |
| 4.1) Saúde                   | 15,00%  | 15,45%           |
| 4.2) Ensino                  | 25,00%  | 36,62%           |
| 4.3) FUNDEB                  | 60,00%  | 77,57%           |
|                              | 95,00%  | 96,52%           |
| 4.4) Despesas com pessoal    | <b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>   | <b>REALIZADO</b> |
| a) Município                 | 60,00%  | 42,91%           |
| b) Poder Executivo           | 54,00%  | 39,31%           |
| c) Poder Legislativo         | 6,00%   | 3,59%            |



## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Anitápolis**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

### 1. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.1. Aplicação parcial no valor de **R\$ 8.832,47** referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 10.031,94** mediante abertura de crédito adicional no primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).
- 1.2. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 3, em 01/11/2011.

JULIO CESAR DE MELO  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

EDESIA FURLAN  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 3**

De Acordo

Em 01/11/2011.

CRISTIANE DE SOUZA REGINATTO  
**Coordenador de Controle**  
**Inspetoria 1**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

| Descrição   | R\$               |
|---|-------------------|
| Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde                            |                   |
| - 23 - Transferências de Convênios: Saúde R\$ 55.000,00 (folha nº 331)  |                   |
| - 64 - Atenção Básica R\$ 320.702,88 (folha nº 331)   | 431.654,69        |
| - 66 - Vigilância em Saúde R\$ 11.005,31 (folha nº 331)   |                   |
| - 67 - Assistência farmacêutica básica R\$ 5.064,72 (folha nº 331)  |                   |
| - 71 – Outros recursos do Fundo Nacional de Saúde R\$ 39.881,78 (folha nº 331)  |                   |
| Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Receita de alienações de bens destinados a Programas de Saúde, conforme sistema e-Sfinge fl. 331) | 93.500,00         |
| <b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>   | <b>525.154,69</b> |

### Deduções das Despesas com Educação Básica

| Descrição  | R\$               |
|--|-------------------|
| Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil   |                   |
| - 62 – Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenv. da Educação R\$ 9.425,66 (folha nº 334)  | 9.425,66          |
| Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (Apêndice 1)   | 3.276,73          |
| Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental   |                   |
| - 22 - Transferências de Convênios: Educação R\$ 182.905,62 (folha nº 333)   | 322.606,00        |
| - 62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenv. da Educação R\$ 139.700,38 (folha nº 334)  |                   |
| Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Apêndice 2)  | 1.467,40          |
| Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental (Receita de alienações de bens no valor de R\$ 30.000,00 destinados a Programas de Educação, ensino fundamental, conforme sistema e-Sfinge fl. 335) e (Apêndice 3) | 54.000,00         |
| <b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>   | <b>390.775,79</b> |

### Deduções da Despesa com Pessoal

| Descrição  | R\$              |
|--|------------------|
| <b>Executivo:</b> Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94) | 26.423,99        |
| <b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>            | <b>26.423,99</b> |
| <b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>                               | <b>26.423,99</b> |

## APÊNDICE 1

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (R\$ 3.276,73)

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Anitápolis

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

**Função:** =12- Educação

**Subfunção:** =365- Educação Infantil

**Histórico:** merenda

| Fonte Recurso | NE                   | Data Empenho | Credor                      | Nr. Licitação           | VI. Empenho (R\$) | VI. Liquidado (R\$) | VI. Pago (R\$) | Histórico   |
|---------------|----------------------|--------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------|---------------------|----------------|---|
| 1             | <a href="#">662</a>  | 19/05/2010   | MACHADO & HOINASKI LTDA ME  | <a href="#">11/2010</a> | 1.000,00          | 1.000,00            | 1.000,00       | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE VOVO MARGARIDA DURANTE O ANO DE 2010. |
| 1             | <a href="#">886</a>  | 07/07/2010   | MACHADO & HOINASKI LTDA ME  | <a href="#">11/2010</a> | 1.240,73          | 1.240,73            | 1.240,73       | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE VOVO MARGARIDA.                       |
| 1             | <a href="#">1481</a> | 02/12/2010   | RODRIGO BATISTA COELHO - ME |                         | 1.036,00          | 1.036,00            |                | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE CARNES BOVINA E LINGUIÇA FRESCAL PARA DISTRIBUIÇÃO NA MERENDA AOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL.                  |

**Total VI. Liquidado (R\$):** 3.276,73

**Total VI. Empenho (R\$):** 3.276,73

## APÊNDICE 2

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (R\$ 1.467,40)

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Anitápolis

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

**Função:** =12- Educação

**Subfunção:** =361- Ensino Fundamental

**Histórico:** merenda

| Fonte Recurso | NE                   | Data Empenho | Credor                      | Nr. Licitação | Vi. Empenho (R\$) | Vi. Liquidado (R\$) | Vi. Pago (R\$) | Histórico   |
|---------------|----------------------|--------------|-----------------------------|---------------|-------------------|---------------------|----------------|---|
| 1             | <a href="#">1371</a> | 16/11/2010   | RODRIGO BATISTA COELHO - ME |               | 430,00            | 430,00              | 430,00         | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 27.742KG CARNE BOVINA 1ª PARA DISTRIBUIÇÃO NA MERENDA DO ENSINO FUNDAMENTAL.                      |
| 1             | <a href="#">1480</a> | 02/12/2010   | RODRIGO BATISTA COELHO - ME |               | 1.037,40          | 1.037,40            |                | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE CARNES BOVINA E FRANGOS CONGELADOS PARA DISTRIBUIÇÃO NA MERENDA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. |

**Total Vi. Liquidado (R\$):** 1.467,40

**Total Vi. Empenho (R\$):** 1.467,40

## APÊNDICE 3

### Outras despesas dedutíveis do Ensino Fundamental (R\$ 24.000,00)

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Anitápolis

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

**Função:** =12- Educação

**Subfunção:** =367- Educação Especial

| Fonte Recurso | NE | Data Empenho | Credor                                  | Nr. Licitação | VI. Empenho (R\$) | VI. Liquidado (R\$) | VI. Pago (R\$) | Histórico   |
|---------------|----|--------------|---|---------------|-------------------|---------------------|----------------|---|
| 1             | 60 | 04/01/2010   | ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS |               | 24.000,00         | 24.000,00           | 24.000,00      | PELA TRANSF. DE RECURSOS FINANCEIROS DA APAE DURANTE O ANO DE 2010. |

**Total VI. Empenho (R\$):** 24.000,00 de 24.000,00

**Total de Registros:** 1 de 1

## APÊNDICE 4

Apuração das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira

| <b>Descrição</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Receitas recebidas do FUNDEB em 2010  | 797.526,84         |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB                                    | 3.173,65           |
| (-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (fls. 304 e 305)                                     | (36.507,49)        |
| (+) Despesas empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar (fl.341) | 8.623,80           |
| (=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2010                               | 772.816,80         |

| <b>Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)</b> |                    |
|--|--------------------|
| <b>Descrição</b>   | <b>Valor (R\$)</b> |
| Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (fls. 304 e 305)  | 36.507,49          |
| (-) Despesas inscritas em Restos a Pagar (fl.341)  | (8.623,80)         |
| <b>(=) Recursos recebidos do FUNDEB em 2010 que não foram utilizados</b>                                     | <b>27.883,69</b>   |